

continua ...

continuação

19.Outras receitas (despesas), líquidas

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
Despesas de instalações	-	(571)	(223)
Contingências	-	(1.245)	(302)
Valor contábil líquido de alienação	-	(1.102)	-
Penalidades e multas	-	(37)	(48)
Pagamentos baseados em ações	-	-	(14.970)
AVJ Investimentos ^(a)	(11.790)	1.592	(11.790)
Outras despesas ^(b)	(7)	2.427	(4.545)
Total	(11.797)	4.019	(19.290)

(a) Refere-se à remensuração do investimento na Gyra Tecnologia a valor justo em virtude de nova rodada de investimentos por acionistas não controladores. (b) Inclui, principalmente, despesas com arrendamentos, provisões de despesas e receitas e baixas de imobilizado.

20. Instrumentos financeiros – 20.1. Políticas contábeis: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. 20.2. Ativos financeiros: 20.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros" ("SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios do Grupo se refere a como seus ativos financeiros são gerenciados para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e a venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 20.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 20.2.3. Ativo financeiro ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou reduzido ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem Contas a receber de clientes, Contas a receber de partes relacionadas, Outros ativos e Despesas antecipadas. 20.2.4. Ativo financeiro a VJORA com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívidas): Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possui instrumentos classificados nesta categoria. 20.2.5. Ativos financeiros ao VJORA sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos patrimoniais): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria. 20.2.6. Ativos financeiros ao VJR: Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O Grupo optou por classificar alguns de seus investimentos patrimoniais nesta categoria, incluídos em aplicações financeiras. 20.2.7. Baixa: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • O Grupo transferir seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso relevante a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que o Grupo pode ser obrigado a restituir. 20.2.8. Perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros: O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. O Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em

STNE Investimentos S.A.

cada data-base. O Grupo aplica a abordagem simplificada para as Contas a receber de clientes. 20.3. Passivos financeiros: 20.3.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, cujo custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação que lhes são diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem Contas a pagar, Empréstimos e financiamentos, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas e outros passivos. 20.3.2. Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: 20.3.3. Passivos financeiros ao VJR: Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria. 20.3.4. Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui Contas a pagar, Empréstimos e financiamentos, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas e outros passivos. 20.3.5. Baixa: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 20.3.6. Valor justo de instrumentos financeiros: O Grupo mensura instrumentos financeiros, tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorre: • No mercado principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. O Grupo utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base. 20.3.7. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possui instrumentos financeiros que tenham alcançado as condições para reconhecimento em bases líquidas. 20.3.8. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros: Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo FCD. As informações aplicáveis a esses modelos são extraídas de mercado observáveis sempre que possível, mas quando não praticável, um julgamento é requerido na determinação do valor justo. Os julgamentos incluem considerações de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. 20.4. Gestão de riscos: As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros; a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de liquidez de caixa e valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de fraude e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo StoneCo ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, preparado pelo time de gerenciamento de riscos e aprovado pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico do Grupo, o departamento local de tesouraria ("Tesouraria Local") executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A propagação global da pandemia COVID-19 impactou negativamente a economia global, interrompeu as cadeias de abastecimento e criou uma volatilidade significativa nos mercados financeiros globais, resultou no fechamento temporário ou permanente de lojas ou instalações de muitos clientes. Além disso, se os clientes continuarem a ser adversamente afetados, as taxas de inadimplência das soluções de crédito provavelmente aumentarão. Adicionalmente, a contínua turbulência nos mercados de capitais pode afetar adversamente a capacidade de acessar capital para atender às necessidades de liquidez, executar a estratégia existente, buscar mais expansão de negócios e manter crescimento da receita. Os riscos estão sendo monitorados de perto e o Grupo pretende seguir as diretrizes de saúde e segurança à medida que elas evoluem. 20.4.1. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição do Grupo a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição de crédito.

20.4.2. Risco de liquidez

31 de dezembro de 2024

Contas a pagar

Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Dividendos a pagar (Nota 14.3.2)

Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 13)

Outros passivos

31 de dezembro de 2023

Contas a pagar

Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Dividendos a pagar (Nota 14.3.2)

Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 13)

Outros passivos

31 de dezembro de 2023

Contas a pagar

Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Dividendos a pagar (Nota 14.3.2)

Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 13)

Outros passivos

20.5. Instrumentos financeiros por categoria – 20.5.1. Ativos conforme o balanço patrimonial

2024

2023

Valor justo por meio do resultado

Custo por meio do resultado

Valor justo por meio do resultado

Custo por meio do resultado

Aplicações financeiras (Nota 6)

Contas a receber de clientes (Nota 7)

Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)

Outros ativos

Total

Consolidado

2024

2023

Valor justo por meio do resultado

Custo por meio do resultado

Valor justo por meio do resultado

Custo por meio do resultado

Aplicações financeiras (Nota 6)

Contas a receber de clientes (Nota 7)

Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13)

Despesas antecipadas

Outros ativos

Total

20.5.2. Passivos conforme o balanço patrimonial

2024

2023

Valor justo por meio do resultado

Custo por meio do resultado

Valor justo por meio do resultado

Custo por meio do resultado

Contas a pagar

Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Dividendos a pagar (Nota 14.3.2)

Total

Consolidado

2024

2023

Valor justo por meio do resultado

Custo por meio do resultado

Valor justo por meio do resultado

Custo por meio do resultado

Contas a pagar

Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Dividendos a pagar (Nota 14.3.2)

Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 13)

Outros passivos

Total

20.6. Estimativa do valor justo: 20.6.1. Ativos e passivos por hierarquia de valor justo:

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos por nível de hierarquia de valor justo:

2024

2023

Valor justo

Nível de hierarquia

Valor justo

Nível de hierarquia

Ativos financeiros

Aplicações financeiras ^(a) (Nota 6)

Consolidado

2024

2023

Valor justo

Nível de hierarquia

Valor justo

Nível de hierarquia

Ativos financeiros

Aplicações financeiras ^(a) (Nota 6)

20.7. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno e benefícios aos seus acionistas e parceiros de negócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo monitora o capital com base no caixa líquido/divida líquida ajustado. A estratégia do Grupo é manter um caixa líquido ajustado positivo. O caixa líquido ajustado em 31 de dezembro de 2023 era o seguinte:

2024

2023

2024

2023

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)

Aplicações financeiras (Nota 6)

Caixa ajustado

Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Divida ajustada

Caixa líquido ajustado

Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)

Aplicações financeiras (Nota 6)

Caixa ajustado

Empréstimos e financiamentos (Nota 12)

Divida ajustada

Caixa líquido ajustado

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Mensagem da Administração: A Pagar.me Instituição de Pagamento S.A., sociedade anônima de capital fechado e integrante do Grupo StoneCo constituída em 18 de julho de 2013, tem como objeto principal o fornecimento de soluções de tecnologia financeira e a operação de subadiquência, que compreende a prestação de serviços em suas vendas por intermédio da internet e meios físicos, podendo efetuar o pré-pagamento se for requerida por estes comerciantes. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios. **Total de Ativos:** Em 31 de dezembro de 2024, os ativos da companhia totalizaram R\$ 23.479 milhões, apresentando um aumento de 11,1% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 21.133 milhões. Esse aumento foi ocasionado principalmente por um aumento nas aplicações financeiras, resultado de valorização das cotas e de maiores aportes por parte da Pagar.me no FIDC Tapso. **Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido totalizou R\$ 316,4 milhões, representando um aumento de R\$ 257,1 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 59,3 milhões. Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido: a. Variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos, no total de R\$ 154,9 milhões. b. Lucro de R\$ 88,6 milhões no exercício de 2024. **Resultado:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o lucro totalizou R\$ 88,6 milhões, representando um aumento significativo de R\$ 32,2 milhões em relação ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que foi de R\$ 56,4 milhões. O aumento se deve principalmente ao crescimento do resultado financeiro, que passou de um resultado negativo de 43,3 milhões em 31 de dezembro de 2023 para um resultado positivo de 353,3 milhões em 31 de dezembro de 2024.

A Administração

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal
	2024	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	92.276	11.991	4.059
Aumento de Capital	42.000	-	-
Pagamento baseado em ações	-	15.268	-
Outros resultados abrangentes	-	-	47.296
Lucro líquido	-	-	56.385
Destinações do lucro líquido do exercício:	-	-	-
Constituição da Reserva legal	-	2.819	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(13.391)
Constituição de reserva de investimento	-	-	(40.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	134.276	27.259	6.878
Aumento de Capital	-	-	-
Pagamento baseado em ações	17	14.477	-
Outros resultados abrangentes	-	-	154.868
Lucro líquido	-	-	88.633
Destinações do lucro líquido do exercício:	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	4.432	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(842)
Constituição de reserva de investimento	-	-	(83.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134.276	41.736	11.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	2024	2023	2022
Atividades operacionais	88.633	56.385	2.392.830
Lucro do exercício	88.633	56.385	486
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais	154.869	47.296	(1.450.183)
Depreciação e amortização	8/9	299.277	222.690
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(51.366)	(24.820)
Equivalência patrimonial	-	-	(919)
Receitas financeiras, líquidas	(1.804.534)	(1.423.488)	5.604
Despesas para contingências	12	6.397	5.604
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	5,4	32.093	6.365
Perda na baixa e alienação de bens	17	143.708	11.142
Pagamento baseado em ações	-	14.477	15.268
Variações nos ativos e passivos	(533.466)	(1.222.898)	66.639
Contas a receber	-	66.639	(20.259)
Tributos a recuperar	-	1.259	28.631
Outros créditos	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	1.359.778	1.578.049	281.439
Contas a pagar a estabelecimentos	-	281.439	1.267.416
Despesas antecipadas	(39.091)	(18.419)	(39.091)
Fornecedores	13.752	(38.342)	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(38.701)	12.618	-
Obrigações tributárias	49.879	50.039	-
Adiantamento de clientes	(97)	(60)	-
Dividendos a pagar	3,5	(13.391)	-
Pagamento de contingências	-	(2.720)	(2.778)
Total do fluxo de caixa	(1.359.948)	(1.188.158)	1.359.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ções são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. • CPC 02 – Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio: em agosto de 2023, o IASB alterou a IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. • CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras. A norma introduz novos requisitos de apresentação na demonstração de resultados, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas na demonstração de resultados numa de cinco categorias: operacionais, investimentos, financiamento, imposto sobre a renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. Também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão recentemente definidas, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (“DPF”) e nas notas explicativas. Além disso, foram introduzidas alterações de âmbito restrito à IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para a determinação dos fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo” para “lucro ou prejuízo operacional” e eliminando as opções em torno da classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, existem alterações consequentes em várias outras normas. As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. A Companhia está avaliando as alterações a serem realizadas para determinar os impactos em suas demonstrações financeiras. **3.4. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos não reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações e estão descritas a seguir: **3.4.1. Vida útil do Imobilizado e Intangível:** A mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível inclui a preparação de estimativas para determinar a vida útil destes ativos para fins de depreciação e amortização. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos de ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido em fazer suposições sobre o desenvolvimento tecnológico, uma vez que é difícil prever o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos. A Companhia avaliou a vida útil estimada e o valor residual estimado dos ativos imobilizado e intangível e concluiu não ser necessária nenhuma alteração nas estimativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **3.4.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base na prova disponível e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. **3.4.3. Expectativa de vida útil dos clientes:** A Companhia estima a expectativa de vida de duas classes diferentes de estabelecimentos comerciais para reconhecer a amortização dos custos de obtenção e cumprimento de contratos com esses estabelecimentos. A estimativa é revista anualmente, e está relacionada com o tempo médio que se espera que os estabelecimentos efetuem transações com a Companhia, através da experiência observada no ciclo de vida dos clientes. O prazo de amortização dos custos de obtenção é de 15 meses.

4. **Caixa e equivalentes de caixa – 4.1. Políticas contábeis:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **4.2. Composição dos saldos** **31/12/2024 31/12/2023**
Bancos conta corrente – moeda nacional 388.652 952.536
Total 388.652 952.536

5. Instrumentos financeiros – 5.1. Políticas contábeis: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **5.1.1 Ativos Financeiros: 5.1.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados, ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Para um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “somente pagamentos de principal e juros” (“SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPI e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPI são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos por negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **5.1.1.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento da sua baixa (instrumentos patrimoniais); ou • Ativos financeiros ao VJR. **5.1.1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem os outros ativos. **5.1.1.2.2.** *continua ...*

1. Contexto operacional – A Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia” ou “Pagar.me”), sociedade anônima de capital fechado constituída em 18 de julho de 2013, possui sede na Avenida Rebouças, nº 2880, 2º andar, sala 1, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05402-500. A Companhia é controlada diretamente pela Stone Instituição de Pagamento S.A. (“Stone Pagamentos”), e tem como controladora final a StoneCo Ltd (“Grupo StoneCo”), companhia aberta com ações negociadas na NASDAQ sob o código STNE e sede nas Ilhas Cayman. A Companhia tem como objeto principal o fornecimento de soluções de tecnologia financeira e a operação de subadiquência, que compreende a prestação de serviços em suas vendas por intermédio da internet e meios físicos. A Companhia também pode efetuar o pré-pagamento se for requerida por estes comerciantes. Logo, as principais receitas provêm do licenciamento da tecnologia, das taxas de desconto cobradas dos comerciantes e prestadores de serviço sobre as suas transações de venda, bem como das taxas de pré-pagamento. A Companhia analisa a situação patrimonial com base nos resultados consolidados do Grupo StoneCo, uma vez que as operações mais relevantes são entre partes relacionadas, classificadas em “Contas a pagar” no passivo (Nota 10). Como exemplo, pode-se mencionar as operações realizadas com o FIDC TAPSO, o qual compõe o Contas a pagar da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o Contas a receber de R\$ 6.835.567 (R\$ 6.123.458 em 31 de dezembro de 2023) estava maior em 84,3% em relação ao Contas a pagar a estabelecimentos de R\$ 3.694.413 (R\$ 3.412.974 em 31 de dezembro de 2023), mostrando liquidez nas operações. Em razão da incorporação da Trampolin Pagamentos S.A. em 2023, conforme descrito na nota 1.1, o período comparativo de 2023 reflete as demonstrações contábeis consolidadas de Pagar.me e Trampolin Pagamentos S.A., comparáveis às demonstrações financeiras da Pagar.me de 2024, que já contemplam os efeitos da incorporada Trampolin neste ano. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada em Reunião de Diretoria em 30 de abril de 2025. **1.1. Incorporação da Trampolin Pagamentos S.A.:** Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 01 de abril de 2023, foi aprovada a incorporação da Trampolin Pagamentos S.A. pela Pagar.me. A incorporação atende aos interesses das companhias e resultou em ganhos de sinergias, tendo por objetivo a simplificação da estrutura para a prestação de serviço de subadiquência realizados pela Trampolin Pagamentos S.A. e pela Pagar.me, com a consequente otimização das interações com o mercado pela Pagar.me e redução de custos operacionais e administradores do Grupo StoneCo. Adicionalmente com a implementação da incorporação, os serviços atualmente prestados por entidades jurídicas distintas passaram a ser realizados pela Pagar.me de forma mais eficiente, simplificando a estrutura organizacional. O patrimônio líquido da empresa incorporada (Trampolin Pagamentos S.A.) em 01 de abril de 2023 está suportado por laudo de avaliação contábil. Abaixo, são demonstrados os ativos e passivos incorporados considerando a data-base 31 de janeiro de 2023:

Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	1.376 Fornecedores
Contas a receber de clientes	96 Depósito de clientes bancários
Impostos a recuperar	67 Obrigações tributárias
Total do ativo circulante	Total do passivo circulante
1.539	539
Não circulante	Patrimônio líquido
Imobilizado	7 Capital social
Total do ativo não circulante	Total do passivo não circulante
7	1.007
Total do Ativo	Total do Passivo e Patrimônio Líquido
1.546	1.546

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e em conformidade com as normas contábeis (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis” IFRS), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demons-



Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida): Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangente é reclassificada para o resultado. Os instrumentos de dívida da Companhia no VJORA incluem Contas a receber de credenciadores.

5.1.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais): Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. A Companhia não possui investimentos classificados nesta categoria.

5.1.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR: Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria inclui Aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa.

5.1.1.3. Baixa: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado (ou seja, retirado do balanço patrimonial da Companhia) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • A Companhia transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir.

5.1.1.4. Perda por redução ao valor recuperável ("Impairment") de ativos financeiros: A Companhia reconhece perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base. A Companhia aplica a abordagem simplificada para Contas a receber de clientes e partes relacionadas. Contas a receber são considerados ativos contratuais.

5.1.2. Passivos financeiros: 5.1.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem Contas a pagar a estabelecimentos, Fornecedores, Adiantamento de clientes, e contas a pagar.

5.1.2.2. Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: 5.1.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR: Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não possui instrumentos nesta categoria. 5.1.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui Contas a pagar a estabelecimentos, Fornecedores, Adiantamento de clientes, Outros passivos e Contas a pagar a partes relacionadas.

5.1.2.3. Baixa: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. A taxa de desconto cobrada pela antecipação aos clientes de seus recebíveis parcelados é mensurada pela diferença entre o valor original devido ao cliente, líquido de comissões e taxas cobradas, e o valor antecipado. A receita financeira é reconhecida uma vez que o cliente tenha escolhido o recebimento como sendo antecipado.

5.1.3. Valor justo de instrumentos financeiros: A Companhia mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra: • No mercado principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar

valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

5.1.4. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

5.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 5.2.1. Mensuração das estimativas de perda de crédito esperada: 5.2.1.1. Contas a receber de emissores de cartões: Os valores a receber de adquirentes decorrem das transações realizadas pelos titulares de cartões de débito e crédito emitidos por instituições financeiras. Tais recebíveis são liquidados de acordo com regras específicas de cada produto, como transações de débito, crédito à vista ou crédito parcelado. Transações a débito e a crédito à vista são recebidas em alguns dias, ao passo que transações de crédito parcelado são recebidas ao longo do prazo de parcelamento. Um recebível representa o direito da Empresa a um valor de contraprestação incondicional, sendo necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja realizado pela contraparte. No caso de uma subadquirente, seus recebíveis advêm de uma adquirente/credenciadora, que recebe os valores das transações diretamente dos emissores de cartões e os repassa à subadquirente.

5.2.1.2. Contas a receber de clientes: Para Contas a receber de clientes, as taxas de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa utilizadas pela Companhia são baseadas em dias de atraso para grupos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes (por exemplo, agrupamentos por tipo de produto, tipo de cliente e classificação e cobertura por cartas de crédito e outras formas de seguro de crédito). As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são inicialmente baseadas nas taxas históricas de inadimplência observadas pela Companhia. A Companhia faz uma calibração entre a experiência histórica de perda de crédito e as informações prospectivas a cada ano. Por exemplo, se há previsão de deterioração das condições econômicas previstas (por exemplo, redução do Produto Interno Bruto – PIB) no próximo ano, o que pode levar a um aumento da inadimplência, as taxas históricas de inadimplência são ajustadas. A cada data-base, o histórico das taxas de inadimplência observadas é atualizado e as alterações nas estimativas futuras são analisadas. A avaliação da correlação entre taxas de inadimplência históricas observadas, condições econômicas previstas e perdas de crédito esperadas é uma estimativa significativa. O montante de perdas de crédito esperada é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão de condições econômicas também podem não ser representativas do real nível de inadimplência do cliente no futuro. As informações sobre as provisões para perdas de crédito esperadas de Contas a receber de emissores de cartão e Contas a receber de clientes são divulgadas na nota 5.4.

5.2.2. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros: Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo FCD. As informações aplicáveis a esses modelos são extraídas de mercado observáveis sempre que possível, mas quando não praticável, um julgamento é requerido na determinação do valor justo. Os julgamentos incluem considerações de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

5.3. Aplicações Financeiras 31/12/2024 31/12/2023

Cotas FIDC TAPSO

Total

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") denominado FIDC TAPSO iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. A movimentação das aplicações financeiras segue a seguir:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	11.734.778	5.207.250
Aporte	1.006.802	6.254.000
Venda de cotas	–	(1.150.000)
Transferência de cotas subordinadas	–	(162.633)
Ganho com valorização das cotas do FIDC TAPSO	1.869.839	1.586.161
Saldo em 31 de dezembro	14.611.419	11.734.778

O FIDC TAPSO pertence 100% ao Grupo StoneCo e suas controladoras (99,9% em 31 de dezembro de 2023), sendo que em 31 de dezembro de 2024, Pagar.me detém 45,0% e as outras controladas possuem 55,0%. O FIDC deve manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas está de acordo com as normas adotadas no Brasil. O FIDC possui um prazo de vigência total de 20 anos. Entretanto, devido às amortizações das quotas serem realizadas dentro de um período de até 12 meses, o investimento é classificado como ativo circulante.

5.4. Contas a Receber 31/12/2024 31/12/2023

Contas a Receber de credenciadores partes relacionadas (a)

Contas a Receber de outros credenciadores (b)

Contas a Receber de clientes

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (c)

Total

Circulante

Não circulante

a) A Companhia elegeu reconhecer as Contas a receber de partes relacionadas a seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a mudança no valor justo das Contas a receber de partes relacionadas foi de R\$ 250.184 (R\$ 67.091 em 31 de dezembro de 2023). b) A Companhia elegeu reconhecer as Contas a receber de credenciadores a seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a mudança no valor justo das Contas a receber de credenciadores que não são partes relacionadas foi de R\$ 15.535 (R\$ 4.337 em 31 de dezembro de 2023). c) A Companhia, além de obedecer a critérios e políticas das bandeiras para credenciamento, tem política específica definindo diretrizes e procedimentos para o processo de credenciamento e manutenção dos estabelecimentos. Para as perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia efetua, basicamente, provisão integral dos recebíveis de gateway e chargeback dos estabelecimentos inadimplentes. A movimentação do saldo de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é assim apresentada:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	(37.559)	(31.194)
Constituição	(34.749)	(31.271)
Reversão	2.656	24.906
Saldo em 31 de dezembro	(69.652)	(37.559)

5.5. Ativos financeiros de soluções bancárias e depósitos de clientes bancários: Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros relacionados à solução bancária eram mantidos pela Companhia em contas de custódia no Banco Central do Brasil ("BACEN") ou aplicados em Títulos do Tesouro Nacional, em conformidade com as exigências regulatórias aplicáveis às instituições supervisionadas pelo BACEN, com o objetivo de garantir os depósitos dos clientes bancários. Em 31 de dezembro de 2024, esses depósitos passaram a ser realizados pela Stone Instituição de Pagamento S.A., por meio de conta corrente Stone detida pela Pagar.me deixando, portanto, de ser efetuados diretamente pela Companhia e estão apresentados de forma segregada no balanço patrimonial na rubrica "Ativos financeiros de soluções bancárias".

5.6. Contas a pagar a estabelecimentos: Valores devidos aos estabelecimentos credenciados ao sistema Pagar.me, referentes às transações com cartões de crédito e débito, líquido das taxas cobradas pelos credenciadores e pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 3.694.413, sendo R\$ 3.680.469 no ativo circulante e R\$ 13.944 no não circulante (R\$ 3.412.974 em 31 de dezembro de 2023, sendo R\$ 3.402.224 no ativo circulante e R\$ 10.750 no ativo não circulante).

5.7. Gestão de riscos: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e gerenciamento de capital. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento da tesouraria global do Grupo StoneCo ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, preparada pela área de gestão integrada de riscos e aprovada pelo Comitê Interno de Riscos. A área de gestão integrada de riscos identifica e avalia tais riscos para que o departamento da tesouraria Global proteja a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento de tesouraria executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Comitê Interno de Riscos estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, gerenciamento de capital, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A gestão de riscos das operações é efetuada por meio de controles calçados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio da Companhia, que monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, sendo submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas: 5.7.1. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. 5.7.2. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a flutuações de valores de mercado de posição detidas pela Companhia. O departamento da tesouraria gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades da Companhia. O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas demonstrações financeiras são discutidos abaixo. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, aplicações financeiras, empréstimos e financiamento. Risco de taxa de juros: É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descaimento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. As aplicações financeiras e os Empréstimos e financiamentos são contratados em reais estão expostas principalmente à variação da taxa de juros CDI. Risco cambial: É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de câmbio. Pelo fato de a Companhia ter todas suas operações denominadas em reais, não há exposição significativa ao risco cambial. Análise de sensibilidade: O gerenciamento de riscos de mercado é realizado para o Grupo StoneCo, considerando métricas calculadas de forma consolidada para todas as entidades. Deste modo, a exposição a riscos de mercado não é gerida de maneira segregada por entidade. 5.7.3. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descaimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela equipe de Finanças. Essa equipe monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito compromissadas e não utilizadas em todos os momentos, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações e empréstimos perante terceiros. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento de dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas, cumprimento dos objetivos de índices do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital de giro, é gerido pela equipe de tesouraria, que investe o excedente de caixa em instrumentos financeiros de alta liquidez e baixo risco, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha aplicações financeiras de R\$ 389.652 que devem gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos
Depósitos de clientes bancários	641.185	–
Contas a pagar a estabelecimentos	3.680.469	13.944
Contas a pagar	11.014	12.683
Empréstimos e financiamentos	21	–
Fornecedores	65.513	–
Adiantamento de clientes	6.716	–
Outros passivos	–	2.224
	4.404.918	28.851

Em 31 de dezembro de 2023

Depósitos de clientes bancários

Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar

Empréstimos e financiamentos

Fornecedores

Adiantamento de clientes

Dividendos a pagar

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2023

Depósitos de clientes bancários

Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar

Empréstimos e financiamentos

Fornecedores

Adiantamento de clientes

Dividendos a pagar

Outros passivos

5.8. Instrumentos financeiros por categoria: 5.8.1. Ativos conforme o balanço patrimonial

Custo amortizado

VJR

VJORA

Total

Em 31 de dezembro de 2024

Aplicações financeiras

Contas a receber

Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2023

Aplicações financeiras

Ativos financeiros de soluções bancárias

Contas a receber

Outros créditos

5.8.2. Passivos conforme o balanço patrimonial

Custo amortizado

VJR

Total

Em 31 de dezembro de 2024

Depósitos de clientes bancários

Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar

Empréstimos e financiamentos

Fornecedores

Adiantamento de clientes

Dividendos a pagar

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2023

Depósitos de clientes bancários

Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar

Empréstimos e financiamentos

Fornecedores

Adiantamento de clientes

Dividendos a pagar

Outros passivos

5.9. Estimativa do valor justo: Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia daqueles instrumentos financeiros cujo valor contábil é razoavelmente diferente de seu valor justo:

	31/12/2024	31/12/2023		
Valor contábil	Justo	Valor contábil	Justo	
Passivos financeiros				
Contas a pagar a estabelecimentos	3.694.413	3.398.912	3.412.974	3.154.713
Total	3.694.413	3.398.912	3.412.974	3.154.713

Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por nível de hierarquia de valor justo:

	31/12/2024	31/12/2023
Nível de	Valor Hierar-Justo	Valor Hierar-Justo
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras(a)	14.611.419	11.734.778
Ativos financeiros de soluções bancárias(b)	–	1.147.403
Contas a receber(c)	6.835.567	6.123.467
Total	21.446.986	19.005.648

Passivos financeiros

Outros Passivos(d)

Total

(a) As aplicações financeiras são classificadas como nível I, determinando valor justo por meio de técnicas de avaliação, as quais utilizam dados observáveis do mercado. (b) Os ativos financeiros de soluções bancárias são mensurados ao valor justo. Os títulos são precificados pelo método de precificação pública da Anbima. (c) Para o contas a receber, o valor justo é estimado descontando os fluxos de caixa futuros utilizando taxas de mercado para itens similares. (d) Para o valor de outros passivos mensurados como valor justo, são classificados como nível III, uma vez que não há dados de mercado para mensuração.

5.10. Compensação de instrumentos financeiros: Os saldos de ativos e passivos financeiros são compensados (ou seja, apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor líquido) somente se a Companhia atualmente possuir o direito de compensar os valores reconhecidos e pretende liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui instrumentos financeiros que atendam às condições de reconhecimento em base líquida.

6. Despesas antecipadas – 6.1. Políticas contábeis: Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Essas despesas incluem, mas não estão limitadas a licenças pré-pagas de software, determinados serviços de consultoria e prêmios de seguro, todos pagos antecipadamente ao seu efetivo consumo. O valor reconhecido como ativo no balanço patrimonial é debitado ao resultado ao longo do tempo em que os benefícios econômicos associados ao pagamento antecipado fluem para a entidade.

6.2. Saldo em R\$: As despesas antecipadas referem-se principalmente a comissões relacionadas ao custo de obtenção de contratos, com montante de R\$ 130.184 em 31 de dezembro de 2023 e adiantamentos a terceiros e funcionários, no montante de R\$ 4.869 (R\$ 4.320 em 31 de dezembro de 2023), totalizando um montante de R\$ 135.053 (R\$ 95.962 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$ 127.925 no ativo circulante (R\$ 92.040 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 7.128 no ativo não circulante (R\$ 3.922 em 31 de dezembro de 2023).

7. Imposto de renda e contribuição social – 7.1. Políticas contábeis: 7.1.1. Impostos correntes: Os ativos e passivos fiscais correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. Os ativos e passivos fiscais correntes são compostos pelo imposto de renda ("IRPJ"), que é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente ao valor estabelecido pelas autoridades fiscais, e pela contribuição social ("CSLL"), calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. 7.1.1.2. Impostos Diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de expiração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data de apresentação e reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis suficientes estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido seja utilizado. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na extensão em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado. O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensação quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente, e não em base líquida. 7.2. Movimentações: a) Reconciliação o resultado com imposto de renda e contribuição social

2024 2023

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Alíquota de imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%

Efeitos de receitas (despesas) não tributáveis (dedutíveis) para fins fiscais

Participação nos resultados

Lei do bem

Outras Despesas permanentes

Receita (despesa) total de imposto de renda e contribuição social

Alíquota efetiva

Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Receita (despesa) total de imposto de renda e contribuição social

2024 2023

Reconhe-cimento em resultado

Reconhe-cimento em resultado

31/12/2023

Reconhe-cimento em resultado

Reconhe-cimento em resultado

Ajuste a valor justo de ativos financeiros(a)

Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL

Diferenças temporárias(b)

Total

(a) O efeito fiscal diferido do ajuste a valor justo de ativos financeiros foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, sem impacto no resultado do exercício. (b) Os Ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias possuem principalmente natureza de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão com perdas de POS. (a)

8. Imobilizado – 8.1. Políticas contábeis: O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável

continua ...

5.9. Estimativa do valor justo: Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia daqueles instrumentos financeiros cujo valor contábil é razoavelmente diferente de seu valor justo:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Passivos financeiros				
Contas a pagar a estabelecimentos	3.694.413	3.398.912	3.412.974	3.154.713
Total	3.694.413	3.398.912	3.412.974	3.154.713

Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por nível de hierarquia de valor justo:

	31/12/2024	31/12/2023
	Nível de	Nível de
	Valor Hierar-	Valor Hierar-
	Justo quia	Justo quia

Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (a)	14.611.419	II	11.734.778	I
Ativos financeiros de soluções bancárias (b)	–	I	1.147.403	I
Contas a receber (c)	6.835.567	II	6.123.467	II
Total	21.446.986		19.005.648	

Passivos financeiros				
Outros Passivos (d)	2.224	III	2.651	III
Total	2.224		2.651	

(a) As aplicações financeiras são classificadas como nível I, determinando valor justo por meio de técnicas de avaliação, as quais utilizam dados observáveis do mercado. (b) Os ativos financeiros de soluções bancárias são mensurados ao valor justo. Os títulos são precificados pelo método de precificação pública da Anbima. (c) Para o contas a receber, o valor justo é estimado descontando os fluxos de caixa futuros utilizando taxas de mercado para itens similares. (d) Para o valor de outros passivos mensurados como valor justo, são classificados como nível III, uma vez que não há dados de mercado para mensuração. **5.10. Compensação de instrumentos financeiros:** Os saldos de ativos e passivos financeiros são compensados (ou seja, apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor líquido) somente se a Companhia atualmente possui o direito de compensar os valores reconhecidos e pretende liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui instrumentos financeiros que atendam às condições de reconhecimento em base líquida.

6. Despesas antecipadas – 6.1. Políticas contábeis: Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Essas despesas incluem, mas não estão limitadas a licenças pré-pagas de software, determinados serviços de consultoria e prêmios de seguro, todos pagos antecipadamente ao seu efetivo consumo. O valor reconhecido como ativo no balanço patrimonial é debitado ao resultado ao longo do tempo em que os benefícios econômicos associados ao pagamento antecipado fluem para a entidade. **6.2. Saldos em R\$:** As despesas antecipadas referem-se principalmente a comissões relacionadas ao custo de obtenção de contratos, no montante de R\$ 130.184 (R\$ 91.642 em 31 de dezembro de 2023) e adiantamentos a terceiros e funcionários, no montante de R\$ 4.869 (R\$ 4.320 em 31 de dezembro de 2023), totalizando um montante de R\$ 135.053 (R\$ 95.962 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$ 127.925 no ativo circulante (R\$ 92.040 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 7.128 no ativo não circulante (R\$ 3.922 em 31 de dezembro de 2023).

7. Imposto de renda e contribuição social – 7.1. Políticas contábeis: 7.1.1. Impostos correntes: Os ativos e passivos fiscais correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. Os ativos e passivos fiscais correntes são compostos pelo imposto de renda ("IRPJ"), que é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente ao valor estabelecido pelas autoridades fiscais, e pela contribuição social ("CSLL"), calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **7.1.1.2. Impostos Diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de expiração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data de apresentação e reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis suficientes estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido seja utilizado. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na extensão em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado. O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensação quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente, e não em base líquida. **7.2. Movimentações:** a) Reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	137.287	74.424
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%

Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34% (46.678) (25.304)

Efeitos de receitas (despesas) não tributáveis (dedutíveis) para fins fiscais

Participação nos resultados	6.797	3.668
Lei do bem	9.358	14.659
Outras Despesas permanentes	1.861	(274)

Receita (despesa) total de imposto de renda e contribuição social (28.662) (7.251)

Alíquota efetiva	21%	10%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(33.905)	(31.643)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.243	24.392

Receita (despesa) total de imposto de renda e contribuição social (28.662) (7.251)

	Reconhe-cimeto em resultado	Reconhe-cimeto em resultado
	31/12/2023	31/12/2024

Ajuste a valor justo de ativos financeiros (a)	89.498	–	(79.780)	9.718
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	16.334	(15.645)	–	689
Diferenças temporárias (b)	58.429	20.888	–	79.317
Total	164.261	5.243	(79.780)	89.724

(a) O efeito fiscal diferido do ajuste a valor justo de ativos financeiros foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, sem impacto no resultado do exercício. (b) Os Ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias possuem principalmente natureza de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e

continua ...



<

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



180 Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 39.999.619/0001-97 – NIRE 35.300.608.780
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 31 de março de 2025
Data, Hora e Local: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2025, às 09:00 horas, realizada de forma digital, nos termos da lei e das regulações vigentes. **Quórum:** (a) a Acionista detentora da totalidade do capital social da companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas e na presente Ata; (b) os seguintes administradores da Companhia: Mauro Levi D'Ancona, Franco Lamping, Renata Struckas, Renan Magri e Gustavo Genovez. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, em razão da totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Mauro Levi D'Ancona; e Secretário: Franco Lamping. **Publicações e Documentos:** (i) Demonstrações Financeiras; (ii) Relatório da Administração; e (iii) Parecer dos Auditores Independentes Contábeis e Atuariais. Todos estes documentos foram publicados no dia 28 de fevereiro de 2025 no jornal Folha de São Paulo. **Ordem do Dia:** (i) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Fixar a remuneração global dos diretores; (iii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iv) Deliberar sobre outros assuntos de interesse da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, a Acionista delibera por: i) aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; ii) fixar a remuneração global dos diretores no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) até a AGO de 2026. iii) aprovar, por unanimidade e sem qualquer ressalva, a seguinte destinação do resultado encerrado em 31 de dezembro de 2024: a) Constituição de reserva de capital no valor de R\$ 1.709.570,00 (Um milhão, setecentos e nove mil, quinhentos e setenta reais) para pagamento baseado em ações/opções; iv) a título de outros assuntos de interesse da sociedade, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, a Acionista ratifica a decisão dos administradores no que se refere a utilização dos saldos encontrados em reserva de lucros e reserva legal, totalizando, em conjunto, o montante de R\$ 1.663.873,00 (Um milhão, seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e setenta e três reais) para absorver parcialmente os prejuízos decorrentes do exercício findo em 2024. O valor remanescente, no importe de R\$ 3.365.163,00 (três milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e três reais) relacionado ao prejuízo não absorvido ficará alocado na respectiva conta contábil, denominada Lucros e Prejuízos acumulados. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede social os documentos submetidos à apreciação desta Assembleia Geral Ordinária e mencionados nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, que lida e aprovada é assinada por todos os presentes. São Paulo, 31 de março de 2025. **Mesa:** Mauro Levi D'Ancona – Presidente; Franco Lamping – Secretário. **Acionista Presente:** 180 Seguros Empreendimentos e Participações Ltda., representada por Mauro Levi D'Ancona. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 131.935/25-2 em 14/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

BRT Amazônia S.A.

CNPJ nº 57.965.587/0001-90					
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					
Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 à 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.					
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 (Valores expressos em milhares de Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024					
ATIVO	2024	2023	Passivo + patrimônio líquido	2024	2023
Circulante	150	-	Circulante	7.000	-
Caixa e equivalentes de caixa	150	-	Impostos e contribuições	-	-
Contas a receber e outros	-	-	Contas a pagar	7.000	-
Não circulante	7.000	-	Não circulante	-	-
Realizável a longo prazo	7.000	-	Impostos e contribuições	-	-
Investimentos	-	-	Contas a pagar	-	-
Intangível	-	-	Patrimônio líquido	150	-
			Capital social	150	-
			Resultados acumulados	-	-
Total do ativo	7.150	-	Total do passivo + PL	7.150	-
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
(NÃO HOUVE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 31/12/2024 E 2023)					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
(NÃO HOUVE SALDO PARA AS MUTAÇÕES)					
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO					
(NÃO HOUVE FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 31/12/2024 E 2023)					
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) Do Contexto: BRT Amazônia S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades Holdings de instituições não-financeiras com início de atividades em 11 de abril de 2024. 2) Das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Paulo, 31 de Dezembro de 2024.					
DIRETORIA: Edinaldo da Silva Carvalho - Diretor Presidente Ricardo de Oliveira D Aloisio - Contador - CRC SP nº 1SP21683305					

3P Brasil – Consultoria e Projetos Estruturação de Parcerias Público-Privadas e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 01.259.348/0001-60 - NIRE 35.3.0056814-1
Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de junho de 2024.
1. Data, hora e local: Aos 18 dias do mês de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede da 3P Brasil – Consultoria e Projetos de Estruturação de Parcerias Público-Privadas e Participações S.A. ("Companhia"), na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº. 14.401, Setor C, Torre Taramá, 6º Andar, Sala 612 e 613, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. **2. Convocação:** Dispensada a convocação prévia pela imprensa, face ao que faculta o § 4º do Artigo 124, da Lei nº 6.404/76. **3. Presenças:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas no "Livro de Registro de Presença de Acionistas". **4. Mesa:** Presidente, Waldemar Ferreira Magalhães, e Secretária, Tatiane Araújo Pereira. **5. Deliberações:** Por unanimidade dos votos dos presentes, foram tomadas as seguintes deliberações: i) Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei nº. 6.404/76; ii) Após terem sido tomadas às contas dos administradores, que foram colocadas à disposição de todos os acionistas, trinta dias antes, postos em discussão e votação, foram aprovados sem reservas e restrições, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo – SP, 18 de junho de 2024. **Mesa: Waldemar Ferreira Magalhães, Presidente; Tatiane Araújo Pereira, Secretária. Acionistas: Gallaxia S.A., Bruna Boner Léo Silva; FR Empreendimentos e Participações EIRELI, Fernando Antônio Fontes Rodrigues. Midiori Participações Societária e Holding Ltda., Paulo César Lopes Zeredo. Contador: Marco Antônio Ferraz, CRC/SP nº 1SP187730/O-5. JUCESP nº 259.786/24-0 em 05/07/2025. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Movecta S.A

CNPJ/MF nº 58.317.751/0008-92 – NIRE 35.903.904.992
Editai de Termo de Responsabilidade nº 34/2025
A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária **"Movecta S.A"**, NIRE **35903904992**, CNPJ **58.317.751/0008-92**, localizada na Via Vereador Lydio Martins Correa, s/n, Sítio Conceiçãozinha, Guarujá/SP, CEP 11436-010, **Sr. Luiz Alberto dos Santos Junior**, brasileiro, portador do RG nº 37616851 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 939.254.250-04, assinou em **29/04/2025** o Termo de Responsabilidade nº **34/2025**, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. **Marcio Massao Shimomoto, Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.**

Movecta S.A

CNPJ/MF nº 58.317.751/0008-92 – NIRE 35.903.904.992
Editai de Termo de Responsabilidade nº 35/2025
A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária **"Movecta S.A"**, NIRE **35900965494**, CNPJ **58.317.751/0002-05**, localizada na Avenida Santos Dumont, nº 999, Sítio Paecara (Vicente de Carvalho), Guarujá/SP, CEP 11460-003, **Luiz Alberto dos Santos Junior**, brasileiro, portador do RG nº 37616851 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 939.254.250-04, assinou em **29/04/2025** o Termo de Responsabilidade nº **35/2025**, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. **Marcio Massao Shimomoto, Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.**

Santo Afonso Energética S.A.

CNPJ/MF nº 23.678.947/0001-51 – NIRE 35.300.645.464
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de maio de 2025
1. Data, Hora e Local: No dia 06 de maio de 2025, na sede social da Santo Afonso Energética S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Condomínio Parque da Cidade – Torre Paineira – 3º andar, bairro Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.794-000, às 09:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos a Sra. Isis Paula Cerinotti Malhães e para secretariá-los o Sr. Guilherme Braga Lacerda. **4. Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre distribuição de dividendos; (ii) aprovar a redução de capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, com a consequente alteração do disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (iii) consolidar o estatuto social da Companhia, para refletir as deliberações decorrentes desta assembleia. **5. Deliberações:** O senhor acionista, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberou sem restrições: **5.1.** Aprovar o pagamento de dividendos no valor de **R\$ 6.393.781,09** (seis milhões, trezentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta e um reais e nove centavos), constituídos com base nos lucros apurados nos balanços patrimoniais da Companhia do exercício social encerrado em 31.12.2024, sendo: i. **R\$ 1.598.445,27** (um milhão, quinhentos e noventa e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos), a título de antecipação dos **dividendos mínimos obrigatórios**; e ii. **R\$ 4.795.335,82** (quatro milhões, setecentos e noventa e cinco mil, trezentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos), a **título de dividendos complementares. 5.1.1.** Os dividendos estabelecidos no item 5.1. acima serão ratificados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31.12.2024. **5.1.2.** A fim de assegurar a integridade do capital social da Companhia, consignar que os dividendos declarados conforme item 5.1. foram calculados com desconto do valor a ser futuramente destinado a reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei de Sociedades anônimas, pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31.12.2024. **5.2.** Aprovar a redução de capital social em **R\$ 71.524.581,00** (setenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais) da Companhia, por jugá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, **de R\$ 826.874.882,00** (oitocentos e vinte e seis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e dois reais) **para R\$ R\$ 755.350.301,00** (setecentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta mil, trezentos e um reais). **5.2.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social têm valor nominal, aprovar o cancelamento de **71.524.581** (setenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e um) de ações, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º – O capital social totalmente subscrito e integralizado é R\$ 755.350.301,00 (setecentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta mil, trezentos e um reais), dividido em 755.350.301 (setecentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta mil, trezentos e um) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma."** **5.3.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contado da publicação desta ata no **Jornal Data Mercantil**, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações. **5.4.** Consignar que os valores declarados nos itens 5.1. e 5.2. será pago a única acionista da Companhia, qual seja, **Rio Casca Energética S.A.**, conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, dentro do exercício social em curso, nos seguintes valores:

Sócios	Qtde de Ações	%	Valor (em R\$)
Rio Casca Energética S.A.	826.874.882	100	77.918.362,09
Total	826.874.882	100	77.918.362,09

5.5. Aprovar a consolidação da redação do Estatuto Social da Companhia, a qual segue acostada como **"Anexo I"** à presente ata. **6. Encerramento e Lavratura:** O Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pela(s) acionista(s) e pelos integrantes da mesa que a presidiram. São Paulo, SP, 06 de maio de 2025. **Mesa: Isis Paula Cerinotti Malhães – Presidente; Guilherme Braga Lacerda – Secretário. Acionista: Rio Casca Energética S.A.** (p.p. Isis Paula Cerinotti Malhães e p.p. Guilherme Braga Lacerda).

Coesa Construção e Montagens S.A. Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 18.738.697/0001-68 - NIRE 35300456025
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2025
Data, Hora e Local: Realizada no dia 10/04/2025, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em decorrência da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Maria Magalhães de Azevedo e secretariados pelo Sr. Telmo Tonolli. **Deliberações aprovadas: 7.1.** A reeleição dos atuais Diretores da Companhia, com mandato de mais 3 anos, vigendo até **10/04/2028:** (i) **José Maria Magalhães de Azevedo**, brasileiro, casado, engenheiro civil, e (ii) **Telmo Tonolli**, brasileiro, casado, advogado, conforme termos de posse. **7.2.** Considerar sanada a falta de publicação dos anúncios e a inobservância dos prazos referidos no artigo 133 da LSA, nos termos da permissão conferida pelo parágrafo 4º do mesmo artigo 133 da LSA. **7.2.1.** Ratificar a disponibilização tempestiva e suficiente para acesso e apuração integral das contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, sanando a inobservância dos prazos estipulados no artigo retro. Ratificar, ainda, que não houve prejuízos decorrentes dessa falta. **7.3.** Aprovar as contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2024, cuja publicação ocorreu no dia 10/04/2025 no Jornal Data Mercantil – ora mencionado no item 3 acima – e o respectivo relatório dos auditores independentes elaborado pela Senso - Auditores Independentes. **7.4.** Tendo em vista que a Companhia não auferiu lucro líquido no exercício social encerrado em 31/12/2024, não haverá distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. Sendo assim, aprova a destinação do prejuízo do exercício social encerrado em 31/12/2024, no montante total de R\$ 20.829.216,93, à conta de Prejuízos Acumulados da Companhia. Nada mais São Paulo, 10/04/2025. JUCESP nº 140.388/25-4 em 29/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 - NIRE 35300446666
Editai de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da **Estok Comércio e Representações S.A. ("Companhia")** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia (**"Assembleia"**), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 15 de maio de 2025, às 16:00 horas, **de modo exclusivamente digital**, nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, parágrafo 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Seção VIII do Capítulo II do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 (**"IN DREI 81"**), por meio da plataforma digital "Ten Meetings" (**"Plataforma Digital"**), a fim de examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **• em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes da Companhia; e (ii) tomar as contas dos administradores; **• em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) aprovar a reforma global do estatuto social da Companhia, bem como a sua consequente consolidação. **Informações e Instruções Gerais:** Os acionistas que desejarem participar da Assembleia, deverão acessar o **website** <https://assembleia.ten.com.br/249275797>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, **em até 30 (trinta) minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos ("Cadastro")**. Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista estará habilitado para acessar a Plataforma Digital por meio do **login** e senha utilizados no Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e de seu representante legal ou procurador, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) e/ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos seguintes documentos necessários para participação na Assembleia: (a) caso aplicável, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei; e (b) os documentos de identidade e/ou comprovação de poderes a seguir: (1) **para acionista pessoa física:** cópia do documento de identidade do acionista ou de seu procurador, conforme aplicável; (2) **para acionista pessoa jurídica:** cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e cópia do documento de identidade do representante legal do acionista ou do procurador do acionista, conforme o caso; e (3) **para acionista fundo de investimento:** cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; cópia do estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e cópia do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento ou do seu procurador, conforme o caso. Caso o acionista venha a ser representado por seu representante legal ou por procurador devidamente constituído, o referido representante legal ou procurador deverá realizar o Cadastro com seus respectivos dados, por meio do **website** <https://assembleia.ten.com.br/249275797>. Por ocasião da realização do Cadastro, o representante legal ou procurador deverá indicar cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O representante legal ou procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O representante legal ou procurador que porventura representar mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Nos termos da IN DREI 81, a Companhia informa que a Assembleia será integralmente gravada, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas (ou seus representantes legais ou procuradores, conforme o caso) que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos apresentados, o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Os documentos pertinentes às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e poderão ser enviados aos acionistas que os solicitarem por intermédio do e-mail <ri@mobly.com.br>. São Paulo, 7 de maio de 2025. **Marcelo Rodrigues Marques, Presidente do Conselho de Administração.** (07, 08 e 09/05/2025)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Maua Luz SPE Ltda.

CNPJ nº 26.529.868/0001-77 - NIRE 3523026103-4

Ata de Reunião de Sócios realizada em 31 de janeiro de 2024

No dia 31 de janeiro do ano de 2025, e atendendo ao disposto nos artigos 1.071 a 1.080 do Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil Brasileiro), reuniram-se em Assembleia Geral do sociedade **Mauá Luz SPE Ltda.**, registrada na JUCESP sob NIRE 3523026103-4 e CNPJ sob nº 26.529.868/0001-77, Rua Benedito Augusto do Nascimento, nº 372, Jardim Pilar, Mauá/SP, o Sr. Jorge Marques Mouro, representante da sócia-cotista **Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda.**, o Sr. Marcelo Souza de Comargo Rodrigues, representante do sócio-cotista **FM Rodrigues & Cia Ltda.**, o Sr. Mário Vieira Marcondes Neto e o Sr. Cláudio Roberto de Leoni Ramos, ambos representantes da sócia-cotista **Conasa Infraestrutura S.A.**, perfazendo quórum máximo de 100% (cem por cento) da sociedade, às 9:00 horas, em primeiro chamado para deliberarem sobre o seguinte Ordem do Dia: **1º Aprovação das contas da administração e das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2024.** Foi aclamado pelos presentes para presidir a mesa conforme disposto C.C. Art. 1075 - Lei 10.406/2002, o Sr. Jorge Marques Mouro, portador do CPF nº 761.631.568-20, representante da sócia-cotista **Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda.**, que convidou o mim, o Sr. Marcelo Souza de Comargo Rodrigues, portador do CPF nº 148.259.988-01, representante da sócia-cotista **FM Rodrigues & Cia Ltda.**, para secretári-lo. Composto o mesa o Senhor Presidente colocou em pauta o 1º Item do Ordem do Dia: **1º Aprovação das contas da administração e das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2024.** Após o leitura dos documentos mencionados no ordem do dia, que foram colocados à disposição de todos os sócios, foram observados os seguintes ocorrências: (1) Contas da administração; (2) Demonstrações Contábeis, contendo Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do exercício, ambos do exercício findo em 31/12/2024. Por unanimidade os sócios aprovaram as contas da administração e as demonstrações contábeis exercício findo em 31/12/2024. Os administradores, presentes, agradeceram o confiança dos sócios, e após cumprir todos os formalidades legais e nada mais havendo o tratar e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente Assembleia, lavrando-se a presente ATA, que vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim Secretário que a lavrei e pelos demais presentes. Jorge Marques Moura, Presidente; Marcelo S. C. Rodrigues, Secretário; Jorge Marques Mouro, Brasiluz; Marcelo S. C. Rodrigues, FM Rodrigues/Diretor Executivo/Conselheiro; Mario Vieira Marcondes Neto, Conasa/Diretor Executivo; Cláudio Roberto de Leoni Ramos, Conasa; Daniel Faour Auad, Diretor Executivo/Conselheiro/Presidente Cons. Adm.; Paulo André G. Boschiero, Conselheiro. JUCESP nº 1.046.681/25-4 em 17/02/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Fortec S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da FORTEC S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS ("Companhia") devidamente convocados a se reunirem em **14 de maio de 2025**, às 11 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Cel. José Rufino Freire, nº 453, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para realização da Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição da diretoria da Companhia, para mandato de 3 (três) anos.

Thales Lobo Peçanha - Diretor Presidente

(06, 07 e 08/05/2025)

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833
✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA

São Paulo

MERCANTIL



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Casa Santa Luzia Empreendimentos S.A.									
CNPJ nº 00.899.277/0001-06									
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2024 e 2023.									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais)									
BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
ATIVO		2023	2024	PASSIVO	2023	2024			
Ativo circulante		778.262,86	1.841.448,56	Passivo circulante	355.269,78	407.207,34	Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Disponível		509.159,86	792.513,30	Encargos fiscais	33.643,64	36.312,01	Lucro líquido antes do IRPJ		
Bancos conta movimento		1,00	1,00	CSLL estimativa à recolher	4.497,53	-	Itens que não afetam o caixa:		
Aplicações financeiras		509.158,86	792.512,30	Provisão de IRPJ	18.216,32	22.695,01	Equivalência patrimonial		
Outros valores de créditos		269.103,00	1.048.935,26	Provisão CSLL	10.929,79	13.617,00	Aumento / redução em ativos		
IRRF à compensar		142.746,80	159.782,56	Encargos sociais	321.626,14	370.895,33	Valores de créditos (ativos)		
CSLL antecipado p/ estimativa à compensar		10.929,79	6.220,19	I.N.S.S à recolher	792,00	847,20	Encargos à recolher		
IRPJ/CSLL à compensar		115.426,41	882.932,51	Pis/cofins à recolher	316.874,14	365.812,13	Caixa gerado pelas atividades		
Ativo não-circulante				Honorários diretores	3.960,00	4.236,00	Operacionais		
Realizável à longo prazo				Passivo não-circulante			Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Imposto à recuperar		27.648,58	27.648,58	Patrimônio líquido			Investimentos em empresas coligadas		
Investimentos		166.746.336,85	178.385.545,70	Capital	19.800.000,00	19.800.000,00	Caixa gerado pelas atividades de investimentos		
Invest. – Casa Santa Luzia Imp. Ltda.		164.403.887,96	176.043.096,81	Reservas de capital	242.557,78	242.557,78	Reservas de capital / reservas de lucros		
Ágio inv.Casa Santa Luzia Imp. Ltda.		2.342.448,89	2.342.448,89	Reservas de lucros	147.154.420,73	159.804.877,72	Receitas juros s/ capital próprio		
Total do ativo		167.552.248,29	180.254.642,84	Reserva legal	3.960.000,00	3.960.000,00	Receitas financeiras		
				Reserva de lucros à realizar	143.194.420,73	155.844.877,72	Demais despesas		
				Total do passivo + P.L.	167.552.248,29	180.254.642,84	Dividendos recebidos, despesas juros s/ Capital Próprio		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					NOTAS EXPLICATIVAS				
		2023	2024	Contexto Operacional: A Empresa tem como atividade preponderante a Gestão de Participações Societárias (Holdings). As Demonstrações Financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Lei nº 11.638/07 e suas alterações posteriores, bem como pela NBC TG 1.000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade e alterações posteriores. Investimentos - A Empresa mantém seus investimentos em Empresas Controladas, e efetua a Equivalência Patrimonial em cumprimento ao que dispõe o Artigo 328 do Decreto 1041 de 11.01.94.					
Receitas		83.273.614,21	78.168.752,94	DIRETORIA					
Receitas de equivalência patrimonial		75.430.588,06	69.575.046,82	Azuil Álvaro Cavalcanti Lopes - Diretor					
Receitas de juros s/ capital próprio		7.808.029,99	8.565.262,88	Jorge da Silva Lopes - Diretor					
Receitas financeiras		34.996,16	28.443,24	Luiz Antonio Morgado da Silva - Diretor					
Despesas		(7.670.047,37)	(8.377.563,21)	José F. Barros Junior - Contador - CRC SP-220.538/O-1					
Despesas de juros s/ capital próprio		(6.882.000,00)	(7.518.000,00)						
Despesas financeiras		(3.768,61)	(3.553,39)						
Outras despesas operacionais		(784.278,76)	(856.009,82)						
Lucro operacional		75.603.566,84	69.791.189,73						
Resultado antes da CSLL		75.603.566,84	69.791.189,73						
Provisão p/ CSLL		(10.929,79)	(13.617,00)						
Resultado antes do IRPJ		75.592.637,05	69.777.572,73						
Provisão p/ IRPJ		(18.216,32)	(22.695,01)						
Lucro líquido do exercício		75.574.420,73	69.754.877,72						